

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Curso de Especialização em Gramática da Língua Portuguesa-FALE

Rosemary do Carmo Silva Rodrigues

A CONCORDÂNCIA NOMINAL EM LIVROS DIDÁTICOS

Belo Horizonte
2017

Rosemary do Carmo Silva Rodrigues

A CONCORDÂNCIA NOMINAL EM LIVROS DIDÁTICOS

Monografia apresentada ao curso de especialização em Gramática da Língua Portuguesa: reflexão e ensino, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Especialista.

Orientadora: Prof.^a Dra. Adriane T. Sartori.

Belo Horizonte

2017

Dedico este trabalho a minha família, aos colegas do curso e a minha Orientadora e Prof.^a Dr.^a Adriane Sartori.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida.

À minha família pelo apoio incondicional.

Aos colegas de curso, em especial, à Maria Cecília, que sempre me ajudou nos momentos mais difíceis.

À minha orientadora, professora Dr.^a Adriane Sartori, pela sua dedicação, competência e envolvimento na realização deste trabalho.

Aos demais professores e funcionários do curso do CEGRAE/ UFMG que compartilharam seus saberes.

Muito obrigada.

“Supor que as regras da língua são inventadas pelas gramáticas e impostas aos escritores e aos falantes seria como imaginar que um astrônomo define a órbita dos astros e que estes são obrigados a segui-la (sob pena de serem reprovados ou considerados errados).”

(Sírio Possenti, 2010).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
Objetivo geral	8
Objetivos Específicos	8
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	10
2.1 Gramática Normativa e Descritiva	10
2.2 A Concordância Nominal conforme gramáticas de cunho normativo	11
2.3 A concordância Nominal conforme gramáticas de cunho descritivo	18
2.3.1 <i>Abordagem de Bagno (2012)</i>	18
2.3.2 <i>Abordagem de Perini (2010)</i>	20
3 ANÁLISE DO TÓPICO CONCORDÂNCIA NOMINAL EM LIVROS DIDÁTICOS E SEUS RESPECTIVOS MANUAIS DO PROFESSOR.....	25
3.1 A coleção Projeto Teláris	25
3.1.1 <i>O manual do professor da Coleção Projeto Teláris</i>	25
3.1.2 <i>O tópico concordância nominal no livro do nono ano</i>	26
3.2 A coleção Para Viver Juntos.....	28
3.2.1 <i>O manual didático da coleção “Para Viver Juntos”</i>	28
3.2.2 <i>O tópico concordância nominal no livro do nono ano</i>	29
3.3 A coleção Português Linguagens	30
3.3.1 <i>O manual do professor da coleção Português Linguagens</i>	30
3.3.2 <i>O tópico concordância nominal no livro do nono ano</i>	31
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo, a gramática foi a menina dos olhos do ensino da língua portuguesa. O bom aluno em português era aquele que conhecia, dominava e empregava as regras conforme eram apresentadas na sala de aula por meio dos manuais.

Nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 1980, com o avanço das pesquisas linguísticas, o ensino de gramática passa a ser alvo de indagações por estudiosos e pesquisadores e um tema muito discutido entre os professores de língua portuguesa. E frente às pesquisas recentes no meio acadêmico, ensinar a gramática normativa constitui-se um dilema para os professores de português. Dúvidas sobre o que ensinar e como ensinar permeiam a cabeça dos mestres de todo o país.

As “duras” críticas à gramática normativa foram interpretadas pelo professor como necessidade de abandoná-la em favor do uso de textos em sala, conforme estudos desenvolvidos a partir da década de 1980. Dessa forma, abandonar uma prática tão enraizada nas escolas e nas aulas de português – o porto seguro do professor – e mergulhar num universo novo em que o texto passa a ser o ponto de sustentação para o trabalho são desafios cruciais para o professor. Priorizar os vários gêneros textuais e suas funções sociais ou trabalhar a gramática, levando-se em conta o uso social da língua, constitui um obstáculo para muitos professores. Como afirma Uchôa (2007), o docente de língua materna vive uma situação bastante incômoda, porque

As opiniões de respeitados estudiosos, parece-me a grande maioria, convergem para a posição de que o ensino de Português deve privilegiar o texto com as novas contribuições da Linguística atual, focalizando gêneros diversos, embora talvez a maioria do professorado tenha, à falta de fundamentos teóricos e metodológicos consistentes, direcionado para o ensino da leitura e produção textual, se ater às atividades propostas pelos livros didáticos, que deixam quase sempre a desejar. (UCHÔA, 2007, p.19).

Pelo que afirma Uchôa, então, o professor conta com os tópicos gramaticais presentes em livros didáticos para a elaboração e a execução de suas aulas.

A prática destoa da teoria. Mesmo os livros didáticos apresentando uma seleção variada de textos, a gramática normativa continua sobressaindo nas atividades docentes.

Para apoiar a sua prática, os professores contavam com os manuais de ensino pautados no conhecimento da gramática tradicional. Esses, por sua vez, não passavam de recortes da gramática normativa, repleto de regras e conceitos gramaticais, exemplos de clássicos literários com linguagem rebuscada, servindo apenas para a transmissão do conteúdo sem reflexão sobre o ensino da língua portuguesa. Assim, outros aspectos importantes ao ensino da língua materna não eram contemplados nessa perspectiva. Foi na década de 1970, e mais marcadamente nos meados de 1990, que os livros de português procuraram trazer uma diversidade textual e de gêneros para o trabalho em sala de aula. O livro didático ganha nova roupagem e lugar de destaque nas escolas e passa a abordar aspectos linguísticos até então relegados a segundo plano. Além dos exemplos extraídos de clássicos literários, das regras gramaticais, outros gêneros textuais ganham espaço nos manuais, propiciando, assim, um olhar reflexivo sobre o ensino da língua portuguesa, favorecendo um diálogo entre textos, gêneros e conhecimentos gramaticais.

Essas mudanças resultam da atuação do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), implementado desde 1997, que promove a distribuição de livros de Língua Portuguesa para os alunos da educação básica. Neste momento, o papel do guia didático é de extrema importância, pois é um instrumento pelo qual os professores podem escolher os livros que usarão. O guia traz informações sobre o ensino da Língua Portuguesa, princípios e critérios, com base nos quais as coleções inscritas foram analisadas e avaliadas, e as resenhas que descrevem e comentam as coleções aprovadas, apresentado a contribuição que trazem para o ensino da leitura, produção escrita, da oralidade e dos conhecimentos linguísticos. O guia, em suas páginas iniciais, apresenta a equipe de especialistas responsável pela avaliação no PNLD. Nos anexos, é possível conferir a ficha utilizada por esses mesmos profissionais na análise das coleções. Por fim, o guia didático é uma ferramenta importante para os professores das escolas que, de forma coletiva, realizam a escolha dos livros didáticos por meio de um processo qualificado e relevante para todos os que usarão os livros por três anos e que terão ali um apoio às propostas didático-pedagógica da escola. Conforme o PNLD, o livro didático precisa ser coerente com as teorias mais recentes em relação à educação, letramento e os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais). Avanços evidentes com o PNLD propiciaram ao professor o contato com alguns livros didáticos que apresentam o

ensino da língua por meio de gêneros textuais e que levam em conta a variedade linguística em todo o Brasil, o que favoreceu uma mudança no processo ensino-aprendizagem da língua materna.

Vale ressaltar que o livro didático, em muitas escolas, é o único instrumento de trabalho com que o professor e aluno contam. É um bom recurso para o acesso à cultura, ao desenvolvimento do domínio linguístico e ao aprendizado em geral. O livro auxilia muito o aluno na sua formação, pois apresenta o conteúdo de uma forma organizada para estudar e revisar o conteúdo em casa, mas o professor continua com o seu papel de mediador.

Em relação à abordagem gramatical, alguns livros didáticos aprovados pelo PNLD apresentam-na com base no texto. No entanto, há outros que parecem manter a tradição na abordagem gramatical normativa e descontextualizada.

Com base nessas considerações, este trabalho pretende analisar o que propõem os livros didáticos de Língua Portuguesa com relação a aspectos gramaticais. Em outras palavras, em que medida as teorias contemporâneas de ensino de gramática figuram em livros didáticos? Ou, em que medida a gramática normativa tradicional ainda é privilegiada pelos autores de livros didáticos?

Em virtude do vasto campo que é abarcado pela expressão “aspectos gramaticais”, definimos, para este trabalho, uma análise do tópico “concordância nominal”. Assim, buscaremos verificar como os livros didáticos se propõem a ensinar a concordância nominal, ou seja, sob que viés esse ensino se dá. Buscaremos, também, identificar que orientações didáticas são oferecidas ao professor nos manuais produzidos pelos autores dos livros didáticos.

Essas definições nos ajudam a registrar os seguintes objetivos de pesquisa:

Objetivo geral

Analisar a concordância nominal conforme apresentada nos livros didáticos do nono ano em uso nas escolas.

Objetivos Específicos

- Selecionar três livros didáticos aprovados pelo PNLD para o triênio 2017/2018/2019 que apresentam explicitamente o item “concordância

nominal”.

- Analisar o manual do professor dos três livros didáticos selecionados quanto às orientações didáticas para o trabalho em sala de aula.
- Verificar como o item “concordância nominal” é tratado por gramáticas de cunho normativo.
- Verificar como o item “concordância nominal” é tratado por gramáticas de cunho descritivo.
- Comparar o que os livros didáticos apresentam à luz de gramáticas normativas e descritivas.

Para realizar a pesquisa, selecionamos três livros, todos aprovados pelo PNLD, que explicitamente trazem o item “concordância nominal” como tópico de análise no nono ano do Ensino Fundamental.

A fim de que o tópico concordância nominal, como aparece nos livros didáticos, pudesse ser analisado, selecionamos duas gramáticas de cunho normativo e duas de cunho descritivo para termos uma visão de como a questão é abordada por esses diferentes prismas.

Gramáticas Normativas:

- Moderna Gramática Portuguesa (BECHARA, 2009).
- Nova Gramática do Português Contemporâneo (CUNHA & CINTRA, 2008).

Gramáticas Descritivas:

- Gramática Pedagógica do Português Brasileiro (BAGNO, 2012).
- Gramática do Português Brasileiro (PERINI, 2010).

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 Gramática Normativa e Descritiva

É necessário neste momento esclarecer a terminologia que usaremos para direcionar o nosso trabalho. Ao falar em gramática, estamos nos referindo às concepções apresentadas por Possenti (2003) em seu livro “Por que (não) ensinar gramática na escola”. São elas:

- Gramática normativa: conjunto de regras da língua padrão que devem ser seguidas por todos os falantes;
- Gramática descritiva: conjunto de regras que são seguidas pelos falantes da variedade descrita;
- Gramática internalizada: conjunto de regras que o falante tem da língua e que domina

Possenti (2003, p. 64- 65), ao tratar da gramática normativa, esclarece que ela constitui um

Conjunto de regras que devem ser seguidas e é a mais conhecida do professor do primeiro e do segundo graus, porque é em geral a definição que se adota nas gramáticas pedagógicas e nos livros didáticos. Com efeito, como se pode ler com bastante frequência nas apresentações feitas por seus autores, esses compêndios se destinam a fazer com que seus leitores aprendam a “falar e escrever corretamente”. Para tanto, apresentam um conjunto de regras, relativamente explícitas e relativamente coerentes, que se dominadas poderão produzir como efeito o emprego da variedade padrão (escrita e/ou oral). Gramáticas desse tipo, são conhecidas como normativas ou prescritivas.

Sobre a gramática descritiva, o autor diz que é ela

que orienta o trabalho dos linguistas, cuja preocupação é descrever ou explicar as línguas tais como elas são faladas. Nesse tipo de trabalho, a preocupação central é tornar conhecidas, de forma explícita, as regras de fato utilizadas pelos falantes – daí a expressão “regras que são seguidas”. Pode haver diferenças entre as regras que devem ser seguidas e as que são seguidas, em parte como consequências do fato de que as línguas mudam, e as gramáticas normativas podem continuar propondo regras que os falantes não seguem mais – ou regras que muitos poucos falantes ainda seguem, embora raramente (POSSENTI, 2003, p.65).

E complementa:

O que caracteriza uma gramática puramente descritiva é que ela não tem nenhuma pretensão prescritiva. Numa perspectiva descritiva, constata-se, por exemplo, que, no português de hoje, existem pelo menos três maneiras de dizer “eles puseram”: eles puseram, eles pusero e eles pôs (POSSENTI, 2003, p. 68).

A respeito da gramática internalizada, por não ser objeto de nossa pesquisa, vamos nos ater apenas à definição apresentada por Possenti (2003)

A terceira definição de gramática- conjunto de regras que o falante domina- refere-se a hipótese sobre os conhecimentos que habilitam o falante a produzir frases e sequências de palavras de maneira tal que essas frases e sequências são compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua (p.69).

2.2 A Concordância Nominal conforme gramáticas de cunho normativo

As abordagens dos gramáticos em relação à concordância nominal se assemelham. Assim, dividiremos esta seção em tópicos que a abranjam, de forma similar à apresentada por eles.

A concordância nominal à luz da gramática normativa segue regras bem rígidas, muitas vezes distantes da realidade do falante que normalmente é influenciado pelo meio, condições de uso, contexto, oralidade, enfim situações de comunicação reais e cotidianas.

Conforme Brandão (2011, p. 63),

aquelas gramáticas que mais se detêm na questão da concordância deixam de mencionar a complexidade de fatores que concorrem para sua implementação, nelas não havendo observações sobre o fato de essas regras ou mesmo a regra geral prescrita não serem observadas em determinadas variedades sociais e ou situações discursivas.

Bechara (2009) dedica um capítulo à concordância nominal em sua *Moderna Gramática Portuguesa*. Para o gramático “a concordância consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada” (BECHARA, 2009, p.543). E usa como exemplo (p. 544) este verso de Gonçalves Dias: “Eu amo a noite solitária e muda”.

Cunha & Cintra em *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (p. 284) enfatizam a concordância do adjetivo com o substantivo. Destacam as funções de adjunto adnominal e predicativo exercidas pelo adjetivo. Segundo os autores, “o adjetivo, quer em função de adjunto adnominal, quer em função de predicativo, desde que se refira a um único substantivo, com ele concorda em gênero e número.” (CUNHA & CINTRA, 2008, p.284). E usam o seguinte exemplo para ilustrar: “O Barão continuava a contar aventuras, pequenos casos que revivia com um prazer doentio”. (Branquinho da Fonseca, B, 27)

Ao introduzir as regras de concordância entre nomes, os autores apresentam as prescrições por tópicos que representam as diferentes situações de uso. Começam tratando dos casos em que o adjetivo vem antes dos substantivos. Nesse contexto, prescrevem o seguinte:

O adjetivo concorda em gênero e número com o substantivo mais próximo, ou seja, com o primeiro dele: Tinha por ele alto respeito e admiração: “Tinha por ele alta admiração e respeito.” (p. 285).

Para os casos em que o adjetivo vem depois dos substantivos, segundo os autores, a concordância depende do gênero e do número dos substantivos. E especificam caso a caso:

a) Se os substantivos são do mesmo gênero e do singular:

o adjetivo toma o gênero (masculino ou feminino) dos substantivos e, quanto ao número, vai a) para o singular (concordância mais comum):

“Estudo a língua e a literatura portuguesa. b) para o plural (concordância mais rara): Estudo a língua e a literatura portuguesas.”

b) Se os substantivos são de gêneros diferentes e do singular,

o adjetivo pode concordar: a) com o substantivo mais próximo (concordância mais comum): A professora estava com uma saia e um chapéu escuro.” b) com os substantivos em conjunto, caso em que vai para o masculino plural (concordância mais rara). A professora estava com uma saia e um chapéus escuros.” (p. 286)

c) Se os substantivos são do mesmo gênero, mas de números diversos,

o adjetivo toma o gênero dos substantivos e vai:

a) para o plural (mais comum):

Ela comprou dois vestidos e um chapéu escuros.

b) para o número do substantivo mais próximo (concordância mais rara):

Ela comprou dois vestidos e um chapéu escuro. (p. 286).

d) Se os substantivos são de gêneros diferentes e do plural,

o adjetivo vai

a) para o plural e para o gênero do substantivo mais próximo (mais comum): Ela comprou saias e chapéus escuros.

b) para o masculino plural (mais rara): Ela comprou chapéus e saias escuros.” (p. 286).

e) Se os substantivos são de gêneros e números diferentes,

O adjetivo pode ir

a) para o masculino plural (mais comum): Ela comprou saias e chapéu escuros.

b) para o gênero e o número do substantivo mais próximo (concordância que não é rara quando o último substantivo é um feminino plural): Ela comprou saias e chapéu escuro. (p. 287).

Bechara (2009, 548- 554), em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, enumera vinte e um casos particulares de concordância nominal exemplificando-os e tecendo comentários sobre o emprego na língua. São eles:

a) Um e outro, nem um nem outro:

Com um e outro, põe-se no singular o determinado (substantivo), e no singular ou no plural o verbo da oração, quando estas expressões aparecem como sujeito: “Parou um momento e, olhando para um e outro lado, endireitou a carreira...” (Alexandre Herculano)

Com um ou outro o substantivo também fica no singular e invariavelmente no singular aparece o verbo de que a expressão serve de sujeito:

“Um ou outro soldado, indisciplinadamente, revidava, disparando à toa, a arma para os ares” (Euclides da Cunha)

Se as expressões um e outro, nem um nem outro se aplicarem a nomes de gêneros diferentes, é mais comum o emprego das formas masculinas:

“Tornou a vê-la, foi visto por ela, e acabaram namorados um do outro” (Machado de Assis).

Não raro pode aparecer a concordância com o termo referido: “vivía o casal venturoso de um certo Izraim persa letrado e da sua esposa Proftásia que um e outra cultivavam para deleite do espírito a filosofia grega” (João Ribeiro) (p.548).

b) Mesmo, próprio, só:

Concordam com a palavra determinada em gênero e número:

Ele mesmo disse a verdade. Ela mesma disse a verdade”

Elas próprias foram ao local. “Nós não estamos sós.

“Eles sós se encaminham para essa parte...” (Alexandre Herculano,

Em língua literária ocorre o adjetivo só variável onde no colóquio se prefere usar do advérbio só, portanto invariável: “Com sós 27 anos de idade... já a palidez da morte se via lutar no seu rosto com as rosas da mocidade” (João Ribeiro).

Mesmo, além de se empregar na ideia de identidade (= em pessoa), aparece ainda como sinônimo de próprio, até: “ao mesmo demônio se deve fazer justiça, quando ele a tiver” (Pe. Antônio Vieira)

Este último sentido e mais o emprego adverbial junto de aqui, já, agora (aqui mesmo, já mesmo, agora mesmo) facilitaram o aparecimento moderno da palavra como advérbio, modo de dizer que os puristas condenam, mas que vem ganhando a simpatia geral: “... vaidosos de seus apelidos, mas inofensivos, e virtuosos mesmo por vaidade de imitarem seus avoengos.” (Charles Bally) (p. 548-549).

c) Menos e somenos

É preciso atenção para não fazer a concordância de menos com o substantivo seguinte: “Mais amores e menos confiança (e não menos!)”.

Vale a mesma observação para somenos (= de menor valor): “Há neles coisas boas e coisas más ou somenos.” (Manuel Bandeira), (p.549).

d) Leso

É adjetivo, e não forma do verbo lesar, em construções de tipo: crime de lesa-pátria, crime de lesa-patriotismo. Por isso há de concordar com o seu determinado em gênero e número:

“Como se a substância não fosse já um crime de lesa-gosto e lesa-seriedade, ainda por cima as pernas saíam sobre as botas.” (Camilo Castelo Branco. (p. 549).

e) Anexo, apenso e incluso:

Anexo, apenso e incluso, como adjetivo, concordam com a palavra determinada em gênero e número: Correm anexos (inclusos, apensos) aos processos vários documentos. Vai anexa (inclusa, apensa) a declaração solicitada.

Observação: Usa-se invariável em anexo, em apenso: Vai em anexo (em apenso) a declaração. Vão em anexo (em apenso) as declarações. (p. 549)

f) Dado e visto:

Usados adjetivamente, concordam em gênero e número com o substantivo determinado: Dado (Visto) o problema que se nos apresentou, resolvemos desistir do contrato. Dadas (Vistas) as circunstâncias, foram-se embora”. (p. 549).

g) Meio:

Com o valor de “metade”, usado adjetivamente, concorda em gênero e número com o termo determinado, claro ou oculto: Para aquilatar a importância do tropeiro, basta lembrar que o Brasil tem cerca de oito e meio milhões de quilômetros quadrados de superfície... (Afonso Arinos), “Era meio-dia e meia (i.é: e meia hora.)” (p.549).

h) Pseudo e todo:

Usados em termos compostos ficam invariáveis: A pseudo-sabedoria dos tolos é bem grande. A fé todo-poderosa que nos guia é nossa salvação. (p. 549).

i) Tal e qual:

Tal, como todo determinante, concorda em gênero e número com o determinado: Tal opinião é absurda. /Tais razões não me movem.

Em correlação, tal qual também procedem à mesma concordância: “Ele não era tal quais seus primos. / Os filhos são tais qual o pai.

Observações:

1ª) Em lugar de tal qual, podem aparecer: tal e qual, tal ou qual.

2ª) Não confundir tal qual flexionáveis com tal qual, tal qual como invariáveis que equivale como: “Descerra uns sorrisos discretos, sem mostrar os dentes, tal qual como as inglesas de primeiro sangue.” (Camilo Castelo Branco). (p. 550).

j) Possível

com o mais possível, o menos possível, o melhor possível, o pior possível, quanto possível, o adjetivo possível fica invariável, ainda que se afaste da palavra mais: Paisagens o mais possível belas. Paisagens o mais belas possível Paisagens quanto possível belas”.

Com o plural os mais, os menos, os piores, os melhores, o adjetivo possível vai para o plural: Paisagens as mais belas possíveis estão erradas concordâncias como: Paisagens as mais belas possível. Fora destes giros, a concordância de possível se processa normalmente: “As alturas e o abismo são as fronteiras dele: no meio estão todos os universos possíveis.” (Alexandre Herculano). Sob todos os pontos de vista possíveis.(p.550).

l) Aos olhos vistos

É tradicionalmente o emprego da expressão a olhos vistos no sentido de claramente, visivelmente, em referência a nomes femininos ou masculinos: “...padecia calada e definhava a olhos vistos” (Machado de Assis. p. 550).

Mais rara, porém correta, é a concordância de visto com a pessoa ou coisa que se vê: “As minhas forças medravam a olhos vistas de dia para dia” (Antônio Feliciano de Castilho) “O barão desmedrara a olhos visto.” (Camilo Castelo Branco). (p.551).

m) É necessário / É preciso

Com as expressões do tipo é necessário, é bom, é preciso, significando 'é necessário', o adjetivo pode ficar invariável, qualquer que seja o gênero e o número do termo determinado, quando se deseja fazer uma referência e modo vago ou plural. Poder-se-á também fazer normalmente a concordância: É necessário paciência. É necessária muita paciência. "O fato de ter sido precisa a explicação [...]" (Afonso Pena Junior). (p.551).

"Eram precisos outros três homens" (Aníbal Machado, p.551).

É possível ainda, em tais casos, aparecer no singular o próprio verbo da oração "É doce ao velho /Sons d'argentina voz" (Gonçalves Dias).

Como acentua Barbadinho, a flexão de necessária(s) é mais frequente que a de precisa. (p.551).

n) Adjetivo composto

Nos adjetivos compostos de dois ou mais elementos referidos a nacionalidades, a concordância em gênero e número com o determinado só ocorrerá no último adjetivo do composto: Acordo luso-brasileiro; Amizade luso-brasileira; Lideranças luso-brasileiras. (p.551).

o) Alguma coisa boa ou alguma coisa de bom

Em alguma coisa boa o adjetivo concorda com o termo determinado: Quem tivesse reparado em Fr. Vasco perceberia facilmente que na sua alma se passava também alguma coisa extraordinária. (Alexandre Herculano). Em alguma coisa de bom, o adjetivo não concorda em coisa, sendo empregado neutralmente (como algo de novo, nada de extraordinário, nada de trágico, etc.). Por atração pode-se fazer a concordância do adjetivo com o termo determinado que funciona como sujeito da oração: "Que tinha pois, Ricardina, e sedutora!". (Camilo Castelo Branco); Amor próprio do vilão; que a infâmia nada tinha de engenhosa" (Camilo Castelo Branco); "Se os homens não tivessem alguma coisa de loucos seriam incapazes de heroísmo". (Marquês de Maricá); A vida nada tem de trágica. (p.551).

p) Um pouco de luz e uma pouca de luz

Ao lado da construção normal um pouco de luz pode ocorrer a concordância atrativa uma pouca de luz, por se haverem fundido numa só expressão as duas seguintes maneiras de dizer: pouco de luz+ pouca luz¹: "e aos pés deles os fiéis que obtinham para última jazida uma pouca de terra..." (Alexandre Herculano). (p.552).

q) Concordância do pronome

O pronome, como palavra determinante, concorda em gênero e número com a palavra determinada. Emprega-se o pronome oblíquo os em referência a nomes de diferentes gêneros: "A generosidade, o esforço e o amor, ensinaste-os tu em toda a sua sublimidade." (Alexandre Herculano). (p. 552).

r) Nós por eu, vós por tu

Empregando-se vós em referência a uma só pessoa, põe-se no singular o adjetivo: “Sois injusto comigo” (Alexandre Herculano). Ao se empregar, em idênticas condições, o pronome nós, o adjetivo pode ficar no singular ou plural: “Entre o desejo de alimentar a curiosidade do leitor e o receio de faltar à exação histórica, hesitávamos perplexos”. (Alexandre Herculano). (p. 552).

s) Alternância entre adjetivo e advérbio

Há casos em que a língua permite usar ora o advérbio (invariável) ora o adjetivo (variável): “Era esta a herança ‘dos miseráveis, que ele sabia não escassearem na quasesolitária e meia arruinada Carteia”. (Alexandre Herculano). A distinção entre adjetivos e advérbios só se dá claramente quando a palavra determinada está no feminino ou no plural, caso em que a flexão nos leva a melhor interpretar o termo como adjetivo. Na língua padrão atual, a tendência é para nestes casos proceder dentro da estrita regra da gramática e usar tais termos sem flexão, adverbialmente Entram nesta possibilidade de flexão as construções de tanto mais, quanto menos, pouco mais, muito mais, em que o primeiro elemento pode concordar ou não com o substantivo: “Poucas mais palavras trocamos”. (Camilo Castelo Branco). Notemos, por fim, que alerta é rigorosamente um advérbio e, assim, não aparece flexionado: Estamos todos alerta. Há uma tendência para se usar desta palavra como adjetivo, mas a língua padrão recomenda se evite tal prática. Junto de substantivo alerta adquire significado e função de adjetivo: “A moça aguardava com inteligência curta, os sentidos alertas” (Carlos de Laert). Em sentido contrário, aparece o engano de não flexionar o adjetivo quite. Deve-se dizer: Estou quite; Estamos quites. (p. 553).

t) Particípios que passaram a preposição e advérbios

Alguns particípios passaram a ter emprego equivalente a preposição e advérbio (por exemplo: exceto, salvo, mediante, não obstante, tirante, etc.) e, como tais, normalmente devem aparecer invariáveis. Entretanto, não se perdeu de todo a consciência de seu antigo valor, e muitos escritores procedem à concordância necessária: “Os tribunais, salvas exceções honrosas, reproduziam... todos os defeitos do sistema” (Augusto Rabelo da Silva). Como bem pondera Epifânio Dias, flexionar tais termos é “expressar-se na verdade com correção gramatical, mas de modo desusado.” (Epifânio Dias). Deste modo, a língua moderna da preferência a dizer “salvo exceções”, salvo a hipótese”. (p.553)

u) A concordância com numerais

Quando se empregam os cardinais pelos ordinais, não ocorre a flexão: Página um; “Figura vinte e um. (p.553).

Observações:

1.ª) Na linguagem jurídica diz-se: A folhas vinte e uma. A folhas quarenta e duas.

2.ª) Embora se tenha usado o substantivo no singular precedido de numeral

combinado com um, uma, a preferência atual é pô-lo no plural: vinte e um dias, as mil e uma noites, etc.

3.ª) Milhar é masculino e, portanto, não admite seus adjuntos postos no feminino a concordar com o núcleo substantivo feminino:

“Os milhares de pessoas (e não as milhares de pessoas).” (p.554).

v) A concordância com os adjetivos designativos de nomes de cores

Surgem as incertezas quando o nome de cor é constituído de dois adjetivos. Neste caso, a prática mais comum é deixar o primeiro invariável na forma do masculino e fazer a concordância do segundo com o substantivo determinado, embora não deixem de aparecer exemplos em bons autores em que estejam flexionados os dois adjetivos: Olhos verde-claros; ondas verde- azuladas. (p.554).

Como visto, o tema concordância nominal, conforme Bechara (2009), é apresentado de forma organizada e detalhada. Entre os gramáticos tradicionais da atualidade, é ele o que mais se detém na questão em suas gramáticas e livros, a exemplo de *Lições de Português pela análise sintática* (2006).

Percebemos, com base nos exemplos citados, que os gramáticos, Bechara e Cunha & Cintra, aqui tomados para análise, tratam da concordância nominal, sustentando-se em regras bem tradicionais. A tradição escrita, principalmente a literária, é a que sobressai nos manuais, servindo de exemplos para os casos listados.

2.3 A concordância Nominal conforme gramáticas de cunho descritivo

Para verificar como os estudos descritivos tratam a concordância nominal, usaremos como referencial teórico os trabalhos de Bagno e Perini.

Considerando as especificidades de cada um, apresentaremos sucintamente os pontos principais dos autores sobre a concordância nominal.

2.3.1 Abordagem de Bagno (2012)

Bagno, em sua *Gramática pedagógica do português brasileiro* (2012, p.702), no capítulo dedicado à concordância nominal, afirma que ela não é universal em todas as línguas, já que em algumas é abundante, em outras é escassa. Logo percebemos que exibem graus variados de incidência e de nada interfere na manutenção das interações entre as pessoas de uma comunidade que falam a

mesma língua.

Para Bagno (2012),

A concordância nominal e a verbal são um mesmo fenômeno gramatical que se verifica, não por acaso, somente nessas duas classes fundamentais-lembrando que sob o rótulo nome incluímos os substantivos, os adjetivos, os pronomes, e os determinantes, que funcionam como adjetivos. Uma vez que nome e verbo representam os dois polos da gramática, a concordância permite uma coesão maior entre eles, uma solidariedade semântica. (p.702).

Para Bagno (2012), a frequência da concordância, seja verbal ou nominal, é um instrumento de discriminação dos falantes que utilizam poucas marcas de concordância quando falam. Para ele é importante salientar que o fato ocorre devido “a fatores sociocognitivos, nada tem a ver com ignorância, preguiça ou desmazelo”.

A prova disso são as línguas em que as regras são parecidas com as do PB menos monitorado, além daquelas sem concordância alguma. Sabemos também que ninguém faz todas as concordâncias que aparecem na gramática normativa. O que percebemos é que aqueles que possuem maior escolaridade fazem mais concordância que aqueles de menor escolarização.

Como é importante manter a ideia de número, as marcas continuam no elemento que dá início ao SN, ou seja, os determinantes. Esse fenômeno ocorre em língua como o francês, o haitiano e outras línguas do mundo.

Quando se refere ao adjetivo, Bagno (2012) o mantém no masculino, a forma não marcada em português.

Observe:

eu fiz os dois jardim de infância... fiz o primeiro e o segundo jardim de infância em colégio público.depois passei pra fazer o curso primário em colégio particular...ahn fiz o ginásio em colégio público os quatro ano de ginásio... fiz os três anos científico no mesmo colégio... e daí: eu fiz vestibular pra medicina. (NURC/SSA/231) (p.705 e 706).

No PB, percebemos algumas tendências dos falantes, tais como:

- a) a não concordância do sujeito com o verbo posposto;
- b) a não concordância de número e gênero com o adjetivo que ocorre antes do substantivo no sintagma nominal.

Exemplos:

também provocou uns certos ciúmes ahn ahn ahn isso eu soube não eu vi... lá eu senti... um certo ciúmes ter: ter sido escolhido uma mulher. (NURC/SP/360) (p. 706).

Faz-se necessário duas abordagens para que se abranja a totalidade da situação. (Dissertação de mestrado em linguística, Universidade de Brasília) (p. 706).

Concluimos que a posição à esquerda do núcleo do sintagma desfavorece a concordância, seja nominal ou verbal. Isso ocorre devido à gramaticalização da ordem SVC no PB e, no que diz respeito ao adjetivo, à colocação predominante desses vocábulos depois do substantivo. Há uma tendência da língua em posicionar o adjetivo depois do substantivo.

Para o gramático, a concordância nominal e a verbal carregam na sociedade um valor simbólico, acreditando que os mais letrados a fazem em sua totalidade, a veem como erro grave, principalmente quando os elementos do sintagma estão próximos. Para o autor, é necessário que o professor em sala de aula chame a atenção dos alunos para a escrita mais monitorada e suas marcas, usadas em todos os elementos do sintagma em questão.

2.3.2 Abordagem de Perini (2010)

Perini (2010) em sua *Gramática do Português Brasileiro* dedica um capítulo ao estudo da concordância nominal. Antes disso, logo na nota do editor, a linha de sua obra já é apresentada, ou seja, um trabalho “de quem se concentra em fenômenos insistentemente negligenciados pelas gramáticas tradicionais, que não dão conta do que acontece em e com nossa língua. Mesmo assim, elas ainda querem fazer crer que dão conta do todo da língua” (p.15).

No capítulo sobre a concordância nominal, o autor afirma que “é o fenômeno de harmonia de gênero e número entre diversos nominais dentro do SN”. E exemplifica: “um computador novo, uma impressora nova” (p.279).

Utilizando de termos como gênero inerente (masculino/feminino) e governado (aquele que precisa ficar no mesmo gênero que o núcleo de seu SN), o autor esclarece que

O núcleo, naturalmente, é referencial e tem gênero inerente. Assim, em computador novo a palavra computador é masculina – não está no feminino; note-se que não existe o feminino de computador. Mas novo está no masculino- e tem uma forma feminina, nova. Consequentemente, os

nominais que podem ser qualificativos, marcados, geralmente vêm em pares, um masculino e um feminino: novo/nova, vermelho/vermelha, eu/minha etc. (PERINI, 2010, p.280).

Desde o início, o linguista Perini já esclarece sua postura frente aos estudos gramaticais. Ele questiona o ensino da gramática como pré-requisito para aquisição da língua escrita. Estudar gramática não significa desenvolver competências de leitura e escrita. O autor fala do estudo da gramática como parte de sua formação científica e que seu estudo deve ocorrer como as demais disciplinas científicas, não como uma verdade absoluta. Para ele “a gramática não esgota nem o estudo da língua, nem o da comunicação humana; mas é um ingrediente fundamental dela. Assim como nenhuma sociedade humana prescinde de comunicação, nenhuma existe sem uma língua, e todas as línguas têm gramática” (p. 19).

Em seu trabalho, o autor busca estudar a língua falada no país por mais de 187 milhões de pessoas. A diferença entre o que falamos e escrevemos é notória, depende do momento de comunicação e do objetivo. Conviver com o português padrão e o português falado no país é o mais coerente, pois sabemos que os dois estão presentes no nosso cotidiano, embora o PB seja conhecido pela totalidade dos brasileiros, e o padrão continua privilégio de alguns mais escolarizados. Devemos perceber que o padrão é desconhecido por uma grande parte da população. Perini pretende proporcionar o estudo da realidade linguística, estudar a língua que falamos, pois não dá mais para ignorá-la, é necessário reconhecê-la. Descrever o PB, evitando a memorização de regras, é o ponto central de sua gramática. As gramáticas normativas tentam passar a impressão de uma gramática “pronta”, o que é inadequado, pois a linguística é uma ciência viva, que se desenvolve a cada dia, por isso está incompleta. O que sabemos atualmente é mais que sabíamos antes, mas nada é definitivo. Sua pesquisa aponta para uma gramática descritiva que visa estudar a língua realmente empregada pelos falantes do PB, como ela funciona, sem prescrever o que se julga como ideal. Em seu livro, Perini enfatiza a sintaxe e a semântica da oração. No capítulo zero de sua gramática, o autor fala da importância da alfabetização científica para o cidadão do século XXI participar ativamente das decisões de sua comunidade. A ciência é essencial nesse percurso. O que isso tem a ver com a gramática? Nas aulas tradicionais de gramática “aprendemos/decoramos” sem questionar o processo usado para alcançar este ou aquele resultado. Essa prática nos distancia do que é realmente saber gramática. O

que ocorre normalmente é o incentivo à alfabetização científica dos estudantes. Dessa forma, manter o ensino da gramática nas escolas é aceitável, pois despertaria a curiosidade científica por parte do estudante, que a identificaria como uma disciplina científica. Perini conclui que, em vez de eliminar o estudo da gramática na escola, é preciso redefini-lo em termos de formação científica.

Perini (2010) dá exemplos de algumas exceções envolvendo os nominais usados não referencialmente. Observe: “Um rapaz inteligente / Uma moça inteligente” (p. 280).

Logo em seguida, o autor apresenta gênero gramatical e natural. Esclarece que gênero gramatical nada tem a ver com sexo, pois podemos nos referir a um homem usando um termo no gênero feminino (a vítima) e vice-versa. Infelizmente, há uma tendência de correlacionar gênero e sexo nos nominais, o que não é importante na gramática, pois são gramaticalmente idênticos, funcionando da mesma forma para ocorrer a concordância.

Quando se trata da concordância em número, segundo o autor, as coisas são mais complicadas, pois a maioria tem singular/plural com algumas exceções.

O autor pontua que

O número não é semanticamente neutro: há uma relação, embora não simples, entre o número e a quantidade de elementos a que se faz referência. Em geral, o plural se refere a mais de um elemento: xícaras, e o singular a apenas um: xícara. Isso vale mesmo para os coletivos, porque embora bando se refira a mais de um pássaro, não é sinônimo de pássaros: trata-se de um conjunto de pássaros organizados de certo modo, nem que seja por estarem todos juntos. Mas férias e costas (parte do corpo) são sempre plurais, e se referem a uma coisa só. De qualquer forma, o número não é uma categoria tão arbitrária quanto o gênero. Embora seja necessário distinguir número gramatical de quantidade, há uma correlação inegável entre as duas (PERINI, 2010, p.282).

Quanto à Concordância de número no PB, conforme Perini (2010), na escrita, há concordância quando o núcleo determina o número de modificadores, determinantes qualificadores e outros elementos não nucleares.

“O livro/ os livros” (p.282)

“Essa menina despenteada/ Essas meninas despenteadas”. (p.282)

O Português brasileiro vê essa regra de forma distinta. O sufixo -s, marcador de plural, a maioria das vezes ocorre no primeiro elemento do SN, quando este é

determinante, um quantificador ou possessivo (elementos pré-nucleares, exceto modificador).

Assim, são aceitáveis:

“Os livros / os livro”

“Meus filhos / meus filho”

Quanto não temos pré-nucleares, o núcleo pode aparecer sem marca de plural e aí, nesse caso, a concordância se dá no singular.

“Meninas são muito estudiosas.”

“Menina é muito estudiosa.” (p. 282).

Essa forma sem elementos pré-nucleares é genérica, pois tanto no plural quanto no singular falam de toda e qualquer menina.

Essas regras são gerais no Português Brasileiro, seguidas por todos os falantes indiferentes de classes e regiões. É a língua comum a todos os brasileiros. O caráter morfológico aqui é relevante: não é apenas retirar o s final, pois ele é mantido quando não é marca de plural, como em “atrás, Luís e nós”. Além disso, alguns itens que sofrem abertura da vogal média no plural conservam esta abertura, mesmo quando perdem o S:

“Os óvo, os ólho, com o aberto”. (p. 283)

Para exprimir o plural (totalidade), pode também acrescentar o elemento invariável “tudo” (depois do núcleo ou do verbo). Veja:

“As menina tudo ficou gritando.”

“As menina ficou tudo gritando (p. 283).

Quando o SN é objeto, o tudo só pode vir depois do núcleo.

“O mecânico perdeu os parafuso tudo.”

Perini reserva item para tratar da Concordância Nominal fora do SN. Conforme o autor,

a CN funciona em outro grupo de construções, como em: Os clientes entraram na loja furiosos. O que favorece a CN é o fator semântica, ou seja, “furiosos” se aplica a clientes. O que caracteriza esta construção é a presença de uma qualificando e uma qualidade. Veja:

Todo sintagma com o papel temático Qualidade deve concordar em gênero e número com o qualificando, desde que seja morfológicamente capaz disso.” (p. 284).

O autor também fala de “marcados e não marcados”. No que se refere a esse aspecto, esclarece que “quando o SN tem significado genérico, sem determinante, o Sintagma qualificativo fica no masculino singular. (PERINI, 2010, p.284).

E exemplifica:

“Água mineral é bom para a saúde.”

Observe também:

“Essa água mineral é boa para a saúde.”

Aqui o SN sujeito (qualificando) não é genérico, por isso ocorre a concordância.

A forma que chamamos de masculino é considerada por Perini “a não marcada”, quando não há a concordância.

Dessa forma é que devemos perceber a CN na concepção do autor. Em casos especiais, usamos a forma marcada (feminino), nos demais, mesmo quando a concordância não acontece, usa-se a forma não marcada (masculino).

Em síntese,

“Água mineral é bom para a saúde”.

Forma não marcada é igual a sem concordância.

“Essa água mineral é boa para a saúde”.

Forma marcada com concordância.

Vimos que o masculino é o gênero não marcado e o singular é o número não marcado.

“Menina é muito estudiosa.”

(Entidade genérica).

Usa-se o singular em casos como “está cheio de cachorro no quintal”.

Perini afirma “o número enquanto expressão de quantidade não se aplica.”(p. 284- 285).

Observamos que os linguistas Bagno e Perini, em suas gramáticas de cunho descritivo, oferecem aos professores um novo olhar sobre o ensino da concordância nominal nas escolas. Mencionam ainda o peso social da concordância no país e o preconceito linguístico que impera sobre aqueles que não a realizam conforme a tradição aconselha.

Além disso, os autores reforçam que toda língua tem a sua gramática, ou melhor, regras que são seguidas pelos falantes da variedade descritiva.

3 ANÁLISE DO TÓPICO CONCORDÂNCIA NOMINAL EM LIVROS DIDÁTICOS E SEUS RESPECTIVOS MANUAIS DO PROFESSOR

Para realizar o nosso estudo, faremos a análise de três livros didáticos para o professor aprovados pelo MEC no PNLD em uso em escolar do país. São eles: *Projeto Teláris*, *Para Viver Juntos* e *Português Linguagens*, todos do nono ano do ensino fundamental. As obras destacam, em uma determinada unidade, o tópico concordância nominal, tema de nosso trabalho.

Além da análise dos livros em relação ao assunto, faremos um estudo do manual do professor que cada coleção traz e suas orientações didáticas para o trabalho em sala de aula.

Os manuais se organizam de forma similar. Estruturados a partir de um sumário, pontuam para o professor pressupostos teóricos e metodológicos importantes sobre o ensino da Língua portuguesa, princípios que devem ser considerados no momento coletivo em que acontece a escolha do livro didático.

3.1 A coleção Projeto Teláris

3.1.1 O manual do professor da Coleção Projeto Teláris

A coleção “Projeto Teláris” (2016), em seu manual do professor, no item “o Papel dos estudos gramaticais” (p. 390), conceitua autonomia como escolhas e afirma que um usuário da língua só será realmente autônomo em suas escolhas se dominar plenamente as diversas modalidades de uso dessa língua. Assim, “o estudo da gramática, em seu sentido amplo, é muito mais do que a aprendizagem de um conjunto de regras de uso “correto” da língua falada ou escrita” (p. 390).

Nesse mesmo item, o papel da escola nesse processo é importantíssimo. As autoras do livro didático citam Neves (2008) para quem

Cabe à escola dar a vivência plena da língua materna. Todas as modalidades têm de ser valorizadas (falada, escrita, padrão, não padrão) [...] por outro lado, à escola, particularmente, cabe o papel de oferecer ao usuário da língua materna o que, fora dela, ele não tem: o bom exercício da língua escrita e da norma padrão (p. 390).

É imprescindível observar que a harmonia entre língua padrão e não padrão se faz necessário.

Neves (2008), citada pelas autoras do livro didático afirma: “[...] o tratamento da língua- padrão na escola, ao contrário de implicar uma consideração de que essa modalidade seja algo divorciado do uso linguístico, deve assumir que ela nada mais é que uma das variantes da língua em uso.” (p. 390).

3.1.2 O tópico concordância nominal no livro do nono ano

A coleção “Projeto Teláris (2016), de autoria de Ana Trinconi Borgatto, Terezinha Bertin e Vera Marchezi, na unidade 4, inicia o estudo da “língua: uso e reflexão” com uma orientação para o professor sobre o estudo da concordância. Ali, as autoras deixam explícito que o objetivo não é a memorização das regras. É mostrar ao aluno os usos mais formais, mais monitorados da língua que estão presentes nas chamadas normas urbanas de prestígio. É necessário, conforme o registro das autoras, que os estudantes percebam que essas normas são empregadas em determinados gêneros textuais que exigem um maior grau de formalidade na comunicação. Ao mesmo tempo, mostram também que os usos mais informais, menos monitorados, regionais não devem ser discriminados, mas aceitos e compreendidos, observando-se alguns aspectos, como contexto, intenção e as condições de uso.

Reforça-se a importância de o falante adequar o uso de cada variante linguística à situação comunicativa. O texto que abre o estudo proposto sobre a concordância é o poema “Vaca Estrela e Boi Fubá”, de Patativa do Assaré (p. 243), oportunidade ímpar para perceber peculiaridades como a não concordância, seja verbal ou nominal, em comparação com o que prescreve a gramática normativa. Nesse momento, o professor tem a oportunidade de combater o preconceito linguístico e destacar a existência de vários usos da língua.

Partindo para a conceituação, as autoras registram que a concordância “é uma correspondência feita entre os termos de uma oração por meio de flexões das palavras” (p.245). Acrescentam que a concordância nominal é “a concordância de gênero e número entre os determinantes (artigo, adjetivo, numeral, pronome) com o nome ou substantivo a que se referem” (p. 245).

Em outro momento, registram o que nomeiam ser a regra básica da

concordância nominal em nossa língua, ou seja: “Os determinantes do substantivo – adjetivos, locuções adjetivas, artigo, numeral e pronomes adjetivos – concordam em gênero (masculino e feminino) e número (singular e plural) com o nome (substantivo) a que se referem” (p. 278).

Recorrendo a uma estrofe da música “Asa Branca”, de Luiz Gonzaga, intensificam a informalidade na linguagem e situações em que a concordância não ocorre como prega a gramática normativa. A adequação ao propósito comunicativo é sempre reforçada.

Em seguida, o livro didático menciona “outros casos de concordância nominal” com regras bem consagradas segundo a tradição.

Adjetivo posposto ao substantivo

“Filmes e shows **fantásticos** foram apresentados na semana cultural” (p. 279).

Adjetivo anteposto a dois ou mais substantivos

“Não gostei muito da imensa barba e cabelo de seu namorado” (p. 279).

Mais de um adjetivo posposto a um substantivo

“Não se esqueça de trancar a porta metálica pequena” (279).

“Não se esqueça de trancar as portas interna e externa” (p. 279).

“Não se esqueça de trancar as portas internas e externas” (p. 279).

Para encerrar o conteúdo gramatical proposto na obra, as autoras apresentam a concordância específica de algumas palavras com exemplos. Temos a impressão de que escolheram alguns casos de concordância que oferecem algumas dúvidas, pois, como vimos em Bechara (2009), são inúmeras as dúvidas referentes ao assunto.

“Os trabalhos estão muito falhos” (p.280).

“Camila ficou meia tonta depois do tombo” (p. 280).

“Seguem anexos os documentos que foram pedidos” (p. 280).

“É proibido entrada” (p. 280).

“É proibida a entrada” (p. 280).

“Havia menos pessoas do que o esperado” (p. 281).

As atividades sobre a concordância nominal que se seguem são teóricas e práticas para que o aluno se aproprie do que foi visto anteriormente. Nenhum

exercício trata da variedade linguística, contexto, situação comunicativa, e o predomínio da gramática normativa é evidente. O que foi mencionado na orientação, no início do estudo sobre a linguagem ser mais e menos monitorada ficou restrito ao poema e à letra de música regionais.

Percebemos que o livro em análise, apesar de falar em adequação da língua, monitoramento, contexto e situação comunicativa e orientações bem contundentes, na prática é uma reprodução de usos e empregos consagrados pela gramática normativa no que se refere à concordância nominal.

3.2 A coleção Para Viver Juntos

3.2.1 O manual didático da coleção “Para Viver Juntos”

No manual do professor, a coleção apresenta um tópico sobre o ensino da língua portuguesa. Esse tópico é dividido em sete partes, sendo o quarto sobre a reflexão linguística. Para os autores,

esta coleção procura desenvolver o trabalho com a gramática sempre a partir do uso dos recursos em textos, o que não significa tomar o texto como pretexto apenas para essa finalidade, mas estudar os sentidos e o uso dos recursos na produção desse sentido (p. 297).

O manual do professor também apresenta textos teóricos de apoio para o trabalho em sala. Em um dos textos, as concepções de linguagens defendidas por Geraldi, em especial aquela que a percebe como instrumento de interação,

mais do que possibilitar uma transmissão de informações de um emissor a um receptor, a linguagem é vista como um lugar de interação humana. Por meio dela, o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria levar a cabo, a não ser falando; com ela o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não preexistem à fala (p. 302).

Outro texto de apoio teórico apresentado pelos autores é “Nada na língua é por acaso: ciência e senso comum na educação em língua materna”, de Bagno (2006). O gramático, de cunho descritivo, afirma que

Uma das tarefas do ensino de língua na escola seria, portanto, discutir criticamente os valores sociais atribuídos a cada variante linguística, chamando a atenção para a carga de discriminação que pesa sobre determinados usos da língua, de modo a conscientizar o aluno de que

sua produção linguística, oral ou escrita, estará sempre sujeita a uma avaliação social, positiva ou negativa (p.304).

Sintetizando, o manual em análise contém bons textos para subsidiar o trabalho com a língua materna em sala de aula. Entretanto, veremos que as atividades presentes no livro didático reproduzem a gramática normativa e a variação linguística é apresentada como um recurso expressivo presente em poemas regionais.

3.2.2 O tópico concordância nominal no livro do nono ano

A coleção *Para Viver Juntos* (2015), de Greta Marchetti, Heidi Strecker e Mirela L. Cleto, livro do nono ano, na unidade cinco, aborda a concordância nominal com uma atividade introdutória que solicita uma alteração de gênero do substantivo mãe para pai. Além disso, pede que o aluno mencione as palavras que sofreram alteração e as classes gramaticais a que pertencem. Logo em seguida, apresenta a regra geral de concordância nominal “Artigos, numerais, pronomes e adjetivos devem ter mesmo número e gênero do substantivo ao qual se referem” (p. 166).

O uso do verbo “dever”, nessa afirmativa, possibilita pensar no caráter prescritivo da informação apresentada, pois, quando os autores da coleção dizem que devem ter o mesmo número e gênero do substantivo ao qual se referem, não se trata de uma sugestão ou possibilidade, mas de uma imposição bem clara e normativa. Essa coleção traz um quadro denominado “anote”, que se registra o essencial de cada tópico estudado. Em sequência, os autores apresentam as regras específicas de concordância nominal.

Concordância do adjetivo com o substantivo

“Duca queria saber horário e duração **exatos** do filme” (p. 166).

“Isa falou com um **jeito** e uma **voz duvidosa**” (p. 166).

Além dos exemplos que o livro destaca, o quadro “anote” sintetiza os casos de concordância nominal: quando o adjetivo é anteposto, quando é posposto e, finalmente, o adjetivo que se refere a substantivo de gêneros diferentes.

Para encerrar o conteúdo concordância nominal, os autores apresentam um item intitulado “regras especiais” com exemplos sobre como deve ocorrer a concordância de certas palavras como bastante, muito, menos, incluso, quite, etc. Verificamos que alguns casos são comuns à outra coleção já analisada.

De forma sucinta, a concordância nominal entre palavras acompanha a mesma linha da concordância entre adjetivo e substantivo, ou seja, a regra tradicional de uso de cada termo e exemplos, conforme a gramática normativa:

“Pagará **meia** mensalidade” (p. 167).

“É **proibido** permanência nas rampas de acesso” (p. 167).

“Foram **inclusos** os memorandos na ata da reunião” (p. 167).

A reflexão linguística que o livro apresenta é o emprego das regras expostas anteriormente. No item “Língua Viva”, os autores apresentam o tópico concordância nominal e expressividade com base o poema de Patativa do Assaré “Ispinho e Fulô”. Numa determinada atividade, pede-se que os alunos observem como a concordância em número recebe um tratamento diferente da norma-padrão já estudada. Nesse ponto, destacam que “o desvio da norma-padrão, no que diz respeito à **concordância nominal**, pode ser um **recurso expressivo** para caracterizar o grupo social ao qual pertence o eu lírico, o narrador ou uma personagem e pode também criar efeitos poéticos” (p. 169).

3.3 A coleção Português Linguagens

3.3.1 O manual do professor da coleção Português Linguagens

O manual do professor, no que concerne ao ensino da língua, traz um texto de Cereja, um dos autores da coleção *Gramática, interação, texto e reflexão – uma proposta de ensino e aprendizagem de língua portuguesa nos ensinos fundamentos e médio*, que expressa a concepção sobre o ensino da gramática.

O texto inicia fazendo uma retomada sobre as mudanças nos cursos de Letras, sobre o papel da linguística como ciência e sobre a separação entre o ensino da língua materna nas escolas e as pesquisas linguísticas no meio acadêmico. O conflito que teve seu auge nos anos 1970 ainda perdura até hoje, ou seja, o que ensinar nas aulas de língua, como e para quê?

Estudiosos da língua como Ilari (1992) e Neves (1991) ofereceram

contribuições valiosas ao sugerirem formas de abordar certos conteúdos gramaticais sem um enfoque puramente normativo e com vistas à dimensão semântica da língua.

Para os autores, apesar das falhas nos conceitos da gramática normativa demonstrados por Perini, apoiar-se no modelo tradicional continua sendo para muitos uma forma mais segura de trabalhar o conteúdo gramatical, mesmo que ciente das limitações das terminologias.

Alguns professores de língua portuguesa, conforme os autores do livro didático, buscam, desde meados de 1990, uma renovação, um ensino da língua contextualizado que favoreça o processo ensino aprendizagem dos alunos.

De acordo com os autores do livro didático, a gramática no texto, às vezes trabalhada de forma inadequada, é aquela que estuda os recursos linguísticos utilizados pelo autor para criar sentido naquele texto e naquela situação de produção.

Os estudos de língua estão atualmente num período de transição. Segundo os autores do livro didático, o mais relevante é estar aberto a outras dimensões da língua, como o texto e o discurso, sem que para isso seja descartada toda a tradição gramatical.

Conforme o texto produzido por Cereja, um dos autores do livro didático, em seu manual para o professor, é interessante lembrar a lição de Franchi, Negrão e Muller ao sugerirem formas de abordagem semântica na análise de estruturas sintáticas da língua:

não precisamos, logo de início, abandonar tudo o que aprendemos a respeito da gramática. No trabalho de avaliação da chamada “gramática tradicional” alguns dados parecerão resultantes de uma excelente intuição sobre o sistema da língua e a estrutura sintática de muitas expressões. Outros terão de ser corrigidos, estendidos ou melhor delimitados (p. 290).

3.3.2 O tópico concordância nominal no livro do nono ano

A última coleção analisada é *Português Linguagens* (2015), de Cereja e Cochar, o mais adotado em todo o país, conforme Semis (2017), e que concebe a concordância como “um princípio linguístico que orienta a combinação das palavras na frase” (p. 166). Em seguida, apresenta os dois tipos de concordância em língua portuguesa. Sobre a concordância nominal esclarece que “é a concordância em

gênero, número, entre o substantivo e seus determinantes: o adjetivo, o pronome adjetivo, o artigo, o numeral e o particípio” (p. 166).

De maneira objetiva, reproduz a regra geral de concordância presente nos manuais de gramática normativa através de exemplos.

“Os gases emitidos” (p. 167).

“Um mês” (p. 167).

“Colabore para construir um país e uma cidade mais limpa” (p. 167).

“Colabore para construir uma cidade e um país mais limpo” (p. 167).

“Colabore para construir uma cidade e um país mais limpos” (p. 167).

Como os outros livros já observados, “Linguagens” apresenta as regras especiais de acordo com a norma-padrão, exemplificando-as:

“É necessário cautela” (p.168).

“Fruta é bom” (p. 168).

“Esta calça é cara” (p. 168).

“As fotografias seguem anexas à carta” (p. 168).

Novamente, alguns casos são selecionados pelos autores das coleções e registrados como possíveis dúvidas na hora de realizar a concordância conforme orientação da gramática normativa. Observamos que, nas três coleções observadas, há uma semelhança nas situações escolhidas, diferentemente de Bechara (2009) que, com exemplos literários, menciona vinte e um outros casos de concordância.

Depois da explicitação de regras, são propostos exercícios que reforçam o seu emprego.

Um outro ponto a ser mencionado é a concordância na construção do texto, com base em um poema de Chacal. É dada ao aluno a chance de perceber que, no texto, algumas expressões fogem à norma-padrão. Sugere-se, então, uma atividade de reescrita. Algo positivo aqui é a atividade de número quatro, reproduzida a seguir, que aborda o uso de variedade linguística para tratar da questão da colonização e dominação do branco colonizador sobre o índio.

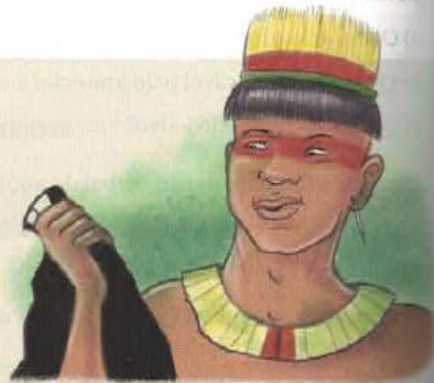
A CONCORDÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO

Leia este poema, de Chacal:

Papo de índio

Veiu uns ômi di saia preta
cheiu di caixinha e pó branco
qui eles disserum qui chamava açuceri
Ai eles falarum e nós fechamu a cara
depois eles arrepitirum e nós fechamu o corpo
Ai eles insistirum e nós comemu eles.

(In: Heloisa Buarque de Hollanda e Carlos A. M. Pereira, orgs.
Poesia jovem — Anos 70. São Paulo: Nova Cultural, 1982. p. 79.)



4. Essas situações e outras do texto demonstram que o autor, intencionalmente, fez uso de variedades linguísticas não padrão para tratar de uma situação de colonização, de dominação política e cultural exercida pelo branco colonizador sobre o índio.

a) Os desvios linguísticos empregados são específicos da fala dos índios brasileiros ou caracterizam variedades não padrão da língua portuguesa, sendo, por isso, próprios da fala de grande parte dos brasileiros? Justifique.

Caracterizam variedades não padrão da língua; não há no texto vocábulos específicos das línguas indígenas.

b) Com base em sua resposta anterior, responda: Quem o índio do texto representa?

O povo brasileiro, que historicamente foi colonizado pelos europeus.

c) Uma das formas de dominar um povo é destruir sua cultura e sua língua. Mas, no texto em estudo, o índio é quem acaba dominando e devorando o colonizador. Essa atitude é compatível com o tipo de língua empregado? Por quê?

Sim; da mesma forma que o índio se revolta contra o colonizador e o devora, o poema, na forma em que está (com transcrição direta da fala, com marcas de oralidade e com desvios em relação à norma-padrão), mostra uma revolta contra a imposição linguística e cultural dos portugueses.



Em um boxe, os autores perguntam para que serve a concordância e expressam o valor social que ela tem entre os falantes. Também abordam o preconceito linguístico existente em relação a um princípio linguístico tão observado socialmente.

Em “semântica e discurso”, são propostas atividades práticas para realizar a concordância nominal conforme a norma-padrão da língua, questões sobre ambiguidade e sequência sonora.

O livro mais adotado no país, *Linguagens* (2015), no que se refere à concordância nominal, além de reproduzir regras tradicionais da gramática normativa, oferece uma reflexão sobre o preconceito linguístico e o valor social desse aspecto na sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o propósito de verificar como os livros didáticos adotados em escolas abordam o tema concordância nominal. Para isso, selecionamos três coleções aprovadas pelo PNLD para o triênio 2017-2019, do nono ano do ensino fundamental.

Para referendar nossa pesquisa, a fundamentação teórica foi dividida em dois eixos. O primeiro eixo é norteado pela perspectiva da gramática de cunho normativo e os estudos dos gramáticos Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2008). O segundo eixo, o da gramática descritiva, orienta-se pelos estudos dos linguistas Bagno (2012) e Perin (2010).

Buscamos apoio nos conceitos de Possenti (2003) sobre gramática normativa e descritiva para direcionar nossa pesquisa.

Além do conteúdo concordância nominal nos livros didáticos, analisamos também o manual do professor de cada coleção e suas contribuições para o trabalho com a língua materna em sala de aula.

Após a análise dos livros didáticos que abordam a concordância nominal, a fundamentação teórica sobre a ótica da gramática normativa e descritiva, o breve histórico sobre o livro didático e seu papel nas escolas do país e das contribuições de seus manuais podemos perceber que, a partir dos avanços no ensino da língua materna, da linguística como ciência, das contribuições de estudiosos da língua, o conteúdo da concordância nominal apresentado nos livros didáticos analisados apoia predominantemente na gramática normativa.

Constatamos também que os exemplos em que não a concordância nominal não estão de acordo com a prescrição normativa são basicamente os poemas e letras de músicas. Dessa forma, é transmitida de forma equivocada a impressão de que só nesses gêneros textuais o desvio é permitido e que, em outras situações comunicativas, ele não deve ocorrer ou é inexistente.

Parece que a realidade linguística do falante é descartada por completo. O leitor desse tópico gramatical assimila claramente as orientações apresentadas na gramática e as usa naturalmente. Sabemos que isso não é verdade: alguns casos são corriqueiros, entretanto há casos especiais que necessitam de um cuidado maior e devem ser observados com cautela.

Percebemos a necessidade de uma atenção especial em vários casos de concordância nominal, conforme destaca Bechara (2009), em sua *Moderna Gramática Portuguesa*. Os livros analisados, por sua vez, optam por alguns casos, comuns nas coleções, mas sem explicitar os critérios utilizados para essa seleção.

Outro ponto a destacar está na coleção *Português Linguagens*, que apresentou aos alunos uma atividade reflexiva sobre a variedade linguística que reproduzimos em nossa pesquisa.

Reflexões sobre a não concordância são raras. As regras, tal como são apresentadas nos livros didáticos, passam a impressão de que a concordância entre nomes ocorre de forma tranquila e harmoniosa.

Outro aspecto a salientar é a riqueza de textos que compõem o manual do professor das coleções estudadas. Elaborado com textos de grandes estudiosos e linguistas, teorias e pesquisas recentes sobre o ensino da língua materna, o manual oferece uma possibilidade a mais para o professor atuar em sala de aula.

Antunes (2014, p. 134), em seu livro *Gramática Contextualizada*- limpando “o pó das ideias simples”, pontua que

Para fins de conhecer essas “novas bases teóricas”, é fundamental – por que não dizer, obrigatória- a consulta dos professores a trabalhos mais atuais, sobretudo aqueles que tratam do português brasileiro contemporâneo, como as gramáticas de Marcos Bagno (2012), de Ataliba Teixeira de Castilho (2010) e de Mário Perini (2010).

Durante todo o trabalho, observamos o caráter normativo presente nas atividades propostas nos livros didáticos em análise, pois, apesar de orientações atuais sobre o trabalho da gramática em sala de aula, no caso a concordância nominal, a ordem para realizá-la era evidente. Verbos como “devem” e “irá” permeiam as regras, tanto nas gramáticas de cunho normativo quanto nos livros didáticos, embora, como vimos, os manuais ofereçam contribuições e estudos com pressupostos pedagógicos para uma trajetória diferente do professor em sala de aula.

A língua é muito maior que um conjunto de regras. Fazer uso da língua, comunicar-se é mais salutar do que o domínio de arranjos propostos nesses livros normativos. Os livros didáticos, por sua vez, reproduzem a gramática normativa no que se refere ao item concordância nominal. Alguns aspectos da variedade linguística, mencionados como expressividade e curiosidades são apresentados,

mas como uma informação complementar sem nenhum aprofundamento.

O cotidiano nas escolas do país ainda está distante das sugestões mostradas nos manuais dos livros didáticos analisados. Avanços são percebidos e reconhecidos, mas há um longo caminho a percorrer e muito ainda a se fazer para garantir um ensino real de língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. *Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. ed. 37 rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BORGATTO, Ana Trinconi; BERTIN, Terezinha; MARCHESI, Vera. *Projeto Teláris*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2016.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris; SOUSA, Magalhães de; MACHADO, Veruska Ribeiro (Org.). *Por que a escola não ensina gramática assim?*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Língua Portuguesa*, Brasília, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação de Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. *Língua Portuguesa*. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental, Brasília, 1998.
- CEREJA, Willian Cereja; COCHAR, Thereza. *Português linguagens*. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- CUNHA, Celso; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- MARCHETTI, Greta; STRECKER, Heidi; CLETO, Mirela L. *Para viver juntos*. 4 ed. São Paulo: Editora SM, 2015.
- MEC-SEC: FNDE- Guia dos livros didáticos -Ensino fundamental anos finais, PNLD 2017, Língua Portuguesa, Brasília, 2016
- PERINI, Mário. *A Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP:

Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, 10. impr. 2003.

SEMIS, Laís. Entenda o PNLD e saiba quais os livros didáticos mais distribuídos em 2017. *Revista Nova Escola*, 31 mar. 2017.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. *Ensino da gramática: caminhos e descaminhos*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.